

MP da União recebeu 2,6 milhões de ações judiciais em 2020

31/03/2022

DIREÇÃO

Procurador-geral da República

Antônio Augusto Brandão de Aras

Secretária-geral

Eliana Peres Torelly de Carvalho

Escola Superior do Ministério Público da União

Alcides Martins – Diretor-geral

Auditoria Interna do Ministério Público da União

Ronaldo da Silva Pereira – Auditor-chefe

Conselho de Assessoramento Superior

Procurador-geral da República

Antônio Augusto Brandão de Aras

Vice-procurador-geral da República

Humberto Jacques de Medeiros

Procurador-geral do Trabalho

José de Lima Ramos Pereira

Procurador-geral de Justiça Militar

Antônio Pereira Duarte

Procuradora-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios

Fabiana Costa Oliveira Barreto

Público Brasil 2022. A publicação está disponível gratuitamente na versão impressa.

Os últimos dois anos foram de desafios para o Ministério Público da

União em virtude da epidemia de covid-19 que assolou o país. Com o isolamento social imposto pela situação de emergência sanitária, os quatro ramos que compõem o MPU tiveram que se adaptar. Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Militar e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios passaram a atuar de forma remota.

“O teletrabalho foi adotado conforme as orientações das autoridades sanitárias. Ainda em março, no início da crise, foi criado na PGR, em conjunto com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Gabinete Integrado de Acompanhamento da Epidemia Covid-19 (Giac), que norteou o trabalho de todo o Ministério Público brasileiro e conta com membros focalizadores em todos os estados”, diz mensagem do PGR, Augusto Aras, em Relatório de Gestão do MPU.

De acordo com Aras, “a atuação coordenada permitiu que, em todo o país, fossem feitas indicações para a alocação de recursos decorrentes da atuação institucional no enfrentamento do novo coronavírus”. O trabalho incluiu o monitoramento da distribuição de insumos do “kit intubação”, da disponibilização de leitos e de fornecimento de oxigênio a hospitais, vacinas e transferência de pacientes entre estados. “A articulação envolveu contato direto com autoridades dos três níveis de governo. O foco foi o trabalho preventivo, que ajudou a evitar uma judicialização excessiva em meio a uma calamidade”, afirmou.

Para a procuradora-geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Fabiana Costa, “o maior desafio foi garantir o pleno funcionamento da instituição ao longo da epidemia e proporcionar acesso ao regime de trabalho remoto parcial ou integral para os integrantes do MP-DFT e, assim, assegurar o atendimento ao público sem qualquer prejuízo de qualidade”.

Além de determinar o trabalho remoto, a PGR estabeleceu regras para o retorno gradual às atividades presenciais. As regras e os protocolos foram resultado do trabalho de uma comissão interna criada pela Secretaria-Geral, que coordenou

MP DA UNIÃO

	MPF	MPT	MPM	MP-DF	MPU
Membros	1.151	768	71	378	2.368
Servidores	8.983	3.035	422	1.800	14.240
Prédios	223	156	14	24	417
Orçamento	R\$ 4,3 bilhões	R\$ 1,6 bilhão	R\$ 276,5 milhões	R\$ 962 milhões	R\$ 7 bilhões

Fonte: *MP Um Retrato 2021*, CNMP (ano base 2020) e Portal da Transparência

Apesar da crise, o

trabalho não parou. Juntos, os quatro ramos do MPU receberam quase 2,6 milhões de processos em 2020, conforme dados mais recentes da instituição, publicados no relatório *MP Um Retrato 2021*, do Conselho Nacional do Ministério Público. Desse total, 75% estão relacionados à matéria cível e 25% à matéria criminal. Na atuação extrajudicial, os ramos receberam ou instauraram mais de 725 mil procedimentos, entre inquéritos civis, inquéritos policiais, notícias de fato, procedimentos de investigação criminal e termos circunstanciados de ocorrência.

Entre os ramos, o Ministério Público Federal recebe a maior parte do orçamento total do MP da União: 61% dos R\$ 7 bilhões. Sua estrutura também é a maior: 48% do total de membros e 63% dos servidores – são 7,8 servidores por membro. Em 2020, na área judicial, conforme dados do *MP Um Retrato*, o MPF foi o ramo que mais recebeu processos cíveis e criminais: 1,4 milhão, o que representa quase 54% do total recebido por todo o MPU. Na área extrajudicial, o MPF foi o que mais recebeu inquéritos policiais: quase 298 mil, o que representa 72% do total do MPU.

Responsável por atuar nas causas trabalhistas, o Ministério Público do Trabalho é o segundo maior ramo do MPU. Com quase 23% do orçamento da instituição, tem 768 membros e pouco mais de três mil servidores. Em 2020, o MPT recebeu 34% do total de processos do MPU na área judicial. Na extrajudicial, o ramo ficou em primeiro lugar na quantidade de inquéritos civis e notícias de fato instaurados, o que representa 94% e 56%, respectivamente, do total do MPU.

Apesar do viés estadual, com atuação no tribunal e nas varas de Justiça do Distrito Federal, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios faz parte do MPU. Isso porque a Constituição Federal assim definiu, em seu inciso XIII do artigo 21: “compete à União organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios e a Defensoria Pública dos Territórios.” É o terceiro maior ramo do MPU, com 13% do seu orçamento, 16% dos membros e 11% dos servidores.

ATUAÇÃO JUDICIAL

PROCESSOS ¹	TIPO	MPF	MPT ²	MPM ³	MP-DF	MPU
Recebidos	CÍVEL	1.110.975	668.993		169.781	1.949.749
	CRIMINAL	353.334		9.992	281.824	645.150
Recursos	CÍVEL	11.355	6.060		2.054	19.469
	CRIMINAL	20.955		122	10.142	31.219
Manifestações em 1º Grau	CÍVEL	184.196	116.510		75.485	376.191
Manifestações em 2º Grau	CÍVEL	91.859	429.886		7.751	529.496
	CRIMINAL	20.612			17.030	37.642
Manifestações nos tribunais superiores	CÍVEL	427	103		1	531
	CRIMINAL	783		2.431	28	3.242

¹ Não inclui dados da atuação eleitoral e em processos de execução de pena e de infância e juventude.

² MPT: Soma dos dados disponibilizados no item Principais Assuntos Processuais.

³ MPM: Soma da quantidade de ação penal militar em procedimento especial e ordinário.

Fonte: *MP Um Retrato 2021*, CNMP (ano base 2020)

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Por último está o Ministério Público Militar, com 4% do orçamento, 3% dos membros e 3% dos servidores. Sem atuação na área cível, o MPM tem competência determinada pelo Código Penal Militar. Em 2020, segundo o *MP Um Retrato*, o órgão recebeu quase 10 mil processos na área judicial e oito mil inquéritos policiais.

Regulamentado pela Lei Complementar 75/1993, o Ministério Público da União compõe o MP brasileiro juntamente com os Ministérios Públicos estaduais. Chefiado pelo procurador-geral da República, é uma “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis”, diz a lei.

O MPU não possui estrutura física própria. Possui estrutura administrativa, que fica localizada na Procuradoria-Geral da República, sede do Ministério Público Federal, em Brasília, e é composta pela Secretaria-Geral, a Auditoria Interna, a Escola Superior e o Conselho de Assessoramento Superior, integrado pelo PGR, o vice-PGR e os chefes de cada um dos ramos.

ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL

PROCEDIMENTOS ¹	MPF	MPT	MPM	MP-DF	MPU
Inquéritos Cíveis ²	1.676	28.524		118	30.318
Notícias de Fato ²	60.498	92.883	1.608	9.424	164.413
PIC ²	1.907		214	100	2.221
Inquéritos Policiais ³	297.065		8.036	108.678	413.779
TCO ³	2.843			111.523	114.366

¹ Não inclui dados da atuação Eleitoral, de Infância e Juventude e os procedimentos preparatórios e administrativos. ² Instaurados. ³ Recebidos.

Fonte: *MP Um Retrato 2021*, CNMP (ano base 2020)

[Clique aqui para ampliar a imagem](#)

Os membros – promotores, procuradores e subprocuradores – têm carreiras próprias, ingressando na carreira mediante concurso público para cada ramo. Já os servidores concorrem para ingressar no MPU e são alocados em qualquer um dos ramos. Até o final de 2021, o MPU contava com 2.368 membros e 14.240 servidores, o que representa 22% e 63% do total de membros (10.526) e servidores (22.602) dos MPs estaduais.

Anuário do Ministério Público Brasil 2022

ISSN: 2675-7346

Edição: 2021 | 2022

Número de páginas: 204

Editora ConJur

Versão impressa: R\$ 40, exclusivamente na [Livraria ConJur](#) ([clique aqui](#))

Versão digital: acesse gratuitamente pelo site <http://anuario.conjur.com.br> e pelo app *Anuário da Justiça*

Veja quem apoiou esta edição do Anuário do Ministério Público Brasil 2022

Arruda Alvim & Thereza Alvim Advocacia e Consultoria Jurídica

Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia

Bottini & Tamasauskas Advogados

Dannemann Siemsen Advogados

Décio Freire Advogados

Fontes Tarso Ribeiro Advogados

JBS S.A.

Milaré Advogados

Mudrovitsch Advogados

Original 123 Assessoria de Imprensa

Refit

Técio Lins e Silva, Ilídio Moura & Advogados Associado

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2022-mar-31/mp-uniao-recebeu-26-milhoes-acoas-judiciais-2020/>